



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

INEXIGIBILIDADE Nº 062/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2026
CONTRATO Nº 280/2026

Termo de Contrato de prestação de serviços que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE JUAZEIRO-BA** e empresa **MULTITREINE TREINAMENTO E CAPACITACAO LTDA.**

O MUNICÍPIO DE JUAZEIRO, ESTADO DA BAHIA, órgão da administração pública em geral, natureza jurídica município, sediada na Praça 15 de julho, nº 32, 1º andar, Centro, Juazeiro-Ba, CEP: 48.903-010, cadastrada no CNPJ nº 13.915.632/0001-27, neste ato representado pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Sra. DILVANEY ALMEIDA LIMA**, brasileira, CPF: 605.602.905-00, nomeada pelo Decreto nº 055/2025, publicado no DOEM de 09 de janeiro 2025, portadora da Matrícula Funcional nº 7299, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **MULTITREINE TREINAMENTO E CAPACITACAO LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF SOB O Nº 57.258.268/0001-45**, sediado(a) no endereço **AVENIDA TANCREDO NEVES, Nº 002539, CAMINHO DAS ARVORES, SALVADOR/BA, CEP: 41.820-021, EDIF CEO SALVADOR SHOPPING, TORRE LONDRES, SALA 2609**, doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representado por **RAILSON NOVAIS USEDA PINHO**, inscrito no **CPF nº 782.272.085-68**, **CONFORME ATOS CONSTITUTIVOS DA EMPRESA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato para serviço, vinculado ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2026, INEXIGIBILIDADE Nº 062/2026**, autorizado pela autoridade competente, que se regerá pelas disposições da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e notadamente o **art. 74, III**, obedece ao disposto no artigo 72, incisos I a VII, bem como o decreto municipal 056/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capacitação e treinamento profissional (In Company), de natureza teórico-prática, voltada aos servidores e agentes públicos que atuam direta ou indiretamente nas áreas de licitações, contratos administrativos, planejamento das contratações, gestão e fiscalização contratual, com foco na aplicação da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. Da necessidade da contratação

A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a necessidade e a relevância da contratação de serviços especializados de capacitação e treinamento profissional para os servidores da Secretaria Municipal de Administração do Município de Juazeiro-BA.

A Lei nº 14.133/2021, que instituiu o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos, encontra-se em vigência exclusiva desde o ano de 2024. Embora não se trate mais de uma inovação recente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

sua aplicação prática ainda representa desafios relevantes para os municípios, que necessitam adequar seus procedimentos, rotinas e estruturas administrativas às novas exigências legais.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Juazeiro, a legislação introduziu mudanças significativas nos processos de planejamento das contratações, na condução dos procedimentos licitatórios e na gestão e fiscalização dos contratos administrativos, tornando imprescindível a capacitação contínua dos agentes públicos responsáveis pelas contratações, com vistas a assegurar segurança jurídica, eficiência administrativa e conformidade normativa.

Diversos municípios enfrentam dificuldades na implementação efetiva da Lei nº 14.133/2021, seja em razão da complexidade das inovações introduzidas, seja pela insuficiência de capacitação técnica dos servidores designados para atuar nas áreas de licitações e contratos. A ausência de qualificação adequada pode comprometer a regularidade dos processos administrativos, aumentando o risco de falhas, retrabalho e responsabilizações.

Nesse contexto, a própria Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 7º, atribui à autoridade máxima do órgão ou entidade o dever de promover a gestão por competências, designando agentes públicos aptos ao desempenho das funções essenciais à execução das contratações públicas. Para tanto, a norma estabelece requisitos específicos, tais como a preferência por servidores efetivos ou empregados públicos integrantes dos quadros permanentes, bem como a exigência de formação compatível ou qualificação técnica devidamente comprovada.

Cumprir destacar, ainda, que a capacitação dos agentes públicos está inserida no contexto mais amplo da governança das contratações públicas, cuja responsabilidade recai sobre a alta administração. O artigo 11, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que a governança deve assegurar a adoção de práticas de gestão de riscos, controles internos e mecanismos que promovam a eficiência, a transparência e a integridade dos processos de contratação.

Dessa forma, a governança eficaz das contratações públicas depende da existência de estruturas organizacionais bem definidas, de processos claros e, sobretudo, de agentes públicos devidamente capacitados, aptos a garantir o cumprimento da legislação e a adequada execução dos contratos administrativos. A implementação de mecanismos de gestão de riscos e de controles internos contribui para a prevenção de falhas, irregularidades e impropriedades que possam comprometer a Administração Pública Municipal.

Assim, a capacitação dos agentes públicos envolvidos nos processos de licitações e contratos administrativos não constitui apenas uma necessidade operacional, mas uma obrigação estratégica e institucional da Prefeitura Municipal de Juazeiro, essencial para o fortalecimento da governança, para a melhoria da qualidade do gasto público e para a condução dos processos administrativos com segurança, transparência, eficiência e responsabilidade.

Objetivos da Contratação:

- Atualizar e qualificar os servidores quanto à aplicação prática da Lei nº 14.133/2021;
- Padronizar procedimentos administrativos relacionados às licitações e contratos;
- Reduzir falhas formais, retrabalho e riscos de responsabilização;
- Fortalecer a governança das contratações públicas;
- Promover maior eficiência, transparência e conformidade legal
- Possibilitar a aplicação imediata do conhecimento adquirido no cotidiano administrativo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

A contratação de empresa especializada em capacitação é essencial para o aprimoramento institucional, contribuindo diretamente para a melhoria da gestão pública e para o cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

Diante do exposto, resta evidenciada a imprescindibilidade da contratação de serviços de capacitação profissional para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Juazeiro-BA.

2.2. Da inviabilidade de competição.

A inexigibilidade de licitação tem fundamento geral na impossibilidade de competição entre propostas, afigurando-se sempre que for inviável uma avaliação puramente objetiva da qualidade do contratado, em face da natureza do objeto contratual, que exige a atuação de profissionais de alto gabarito e experiência, sob pena de não ser atendido o interesse público subjacente à contratação.

Neste sentido, preleciona o doutrinador Jacoby Fernandes, em sua obra “Contratação Direta sem licitação”:

Primeiro ponto necessário à compreensão: é a pretensão antiga de várias profissões vedar a competição pelo preço, com vistas a impedir o aviltamento da remuneração profissional, preservando a dignidade profissional. Numa analogia de argumentos, se o preço fosse determinante da contratação dos serviços, o concurso público para ocupação de cargos deveria selecionar quem cobra o menor valor. Certamente o cidadão- contribuinte não quer o “profissional mais barato”, mas o melhor, e é precisamente por isso que a escolha não precisa ocorrer pelo menor preço. Por outro lado, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados, escolhidos pelo menor preço, tem sido danosa ao interesse público e, em alguns casos, condenando em sucumbências milionárias alguns municípios.

Some-se ao exposto, a inviabilidade de competição, como um dos pressupostos de natureza legal, que se estabelece, também, pela impossibilidade de licitar valores heterogêneos.

A contratação dos serviços ora propostos serão pelas disposições, contidas na **alínea “f”, inciso III, do art. 74, da Lei nº14.133/2021 c/c art. 6º, XVIII “c”**, as quais as partes se sujeitam para resolução dos casos de omissões e qualquer divergência surgida durante a execução do mesmo.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

Ademais, cabe mencionar que a atual redação da Lei de Licitações **suprimiu o requisito da singularidade, bastando ser inexigível a licitação, pois inviável a competição** para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

Diante das justificativas apresentadas faz-se necessário a contratação de empresa por **Inexigibilidade de Licitação**, nos termos exigidos na alínea “f”, inciso III, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - ESPECIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO
1	<p>MÓDULO 01 – CONTRATO ADMINISTRATIVO: GESTÃO E FISCAL DE CONTRATO</p> <ul style="list-style-type: none">• Planejamento da fiscalização: elaboração de plano de acompanhamento.• Acompanhamento físico-financeiro: cronogramas, medições, conferência de prazos e custos.• Fiscalização técnica: critérios de qualidade, testes, pareceres e laudos.• Fiscalização documental: certidões, garantias, seguros, ateste de notas fiscais e relatórios.• Procedimentos de registro de ocorrências: livro de fiscalização, ofícios, notificações e comunicações formais.• Recebimento provisório e definitivo de bens, obras e serviços (arts. 140 e seguintes da Lei 14.133/2021).• Documentos essenciais na gestão contratual (portarias, TR, aditivos, atestes, relatórios, certidões). <p>Facilitador: Alessandro Macedo.</p>	MÓDULO	16H	R\$ 42.000,00
2	<p>MÓDULO 02 – PLANEJAMENTO: OFICINA PRÁTICA</p> <ul style="list-style-type: none">• Importância do planejamento na Nova Lei de Licitações.• Etapa preparatória: fundamentos e exigências legais (arts. 18 a 40).• Documento de Formalização da Demanda (DFD).• Estudos Técnicos Preliminares (ETP).• Termo de Referência.• Pesquisas de preços.• Gestão de riscos nas contratações (identificação e mitigação).• Oficina prática: elaboração de um ETP e Termo de Referência em grupo.• Erros mais comuns no planejamento identificados pelos Tribunais de Contas.• Boas práticas e checklist final antes da licitação. <p>Facilitador: Alexandre Olivier</p>	MÓDULO	16H	R\$ 30.000,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

3	<p>MÓDULO 03 – CONTRATAÇÃO DIRETA</p> <p>1. Fundamentos e Planejamento da Contratação Direta</p> <ul style="list-style-type: none">• A contratação direta como instrumento para viabilizar a implementação de políticas públicas de forma eficiente, eficaz e tempestiva;• A legitimidade constitucional das contratações diretas e a superação de interpretações restritivas indevidas;• Modalidades de contratação direta previstas na Lei nº 14.133/2021: dispensa e inexigibilidade;• Planejamento, formalização e instrução processual das contratações diretas, com análise da racionalidade normativa e dos requisitos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021. <p>2. Principais Hipóteses de Dispensa e Inexigibilidade</p> <ul style="list-style-type: none">• Dispensa de licitação em razão do valor: requisitos, limites e cuidados;• Publicação para recebimento de propostas adicionais versus dispensa eletrônica;• Prevenção ao fracionamento indevido da despesa: riscos e boas práticas;• Licitação deserta ou fracassada: procedimentos para contratação direta subsequente;• Dispensa emergencial: necessidade de ação imediata, requisitos legais e cautelas administrativas;• Outras hipóteses legais de dispensa de licitação. <p>3. Hipóteses Específicas de Inexigibilidade</p> <ul style="list-style-type: none">• Principais hipóteses de inexigibilidade previstas na legislação;• Contratação direta de bandas, artistas e profissionais do setor cultural;• A controvérsia da notória especialização e seus critérios de caracterização;• O credenciamento como hipótese de contratação direta;• Novas regras aplicáveis à locação de imóveis pela Administração Pública. <p>Facilitador: Ícaro Bitar</p>	MÓDULO	16H	R\$ 30.000,00
4	<p>MÓDULO 04 – FASE EXTERNA DAS LICITAÇÕES</p> <p>1. Dispensa Eletrônica e Contratação Direta</p> <ul style="list-style-type: none">• Introdução à dispensa eletrônica;• Conceito de contratação direta;• Processo administrativo da contratação direta;• Histórico e normatização da dispensa eletrônica no âmbito do Governo Federal. <p>2. Licitações Eletrônicas</p> <ul style="list-style-type: none">• Atos eletrônicos previstos na Lei nº 14.133/2021;• Rito procedimental comum das licitações;• Licitações eletrônicas e presenciais na Lei nº 14.133/2021. <p>3. Formação e Atuação do Agente de Contratação</p> <ul style="list-style-type: none">• Competências e atribuições do agente de	MÓDULO	16H	R\$ 25.000,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

	<p>contratação;</p> <ul style="list-style-type: none">• Atos preparatórios após o parecer jurídico;• Prazos, meios de publicação e transparência;• Impugnações e pedidos de esclarecimentos;• Condução da sessão pública e modos de disputa;• Benefícios e tratamento diferenciado para ME/EPP. <p>4. Simulações Práticas no Sistema Compras.gov.br</p> <ul style="list-style-type: none">• Configuração do ambiente de treinamento;• Elaboração da IRP e do Aviso de Licitação;• Visão do fornecedor;• Configuração e abertura da sessão pública;• Condução da etapa de lances;• Convocação de anexos;• Negociação e aceitação da proposta;• Intenção de recurso;• Habilitação; <p>Etapa de recurso.</p>			
5	<p>MÓDULO 05 – PROCEDIMENTOS AUXILIARES</p> <p>1. Procedimentos Auxiliares na Lei nº 14.133/2021</p> <ul style="list-style-type: none">• Conceito e finalidade dos procedimentos auxiliares no regime da Nova Lei de Licitações;• Os procedimentos auxiliares como instrumentos de simplificação, eficiência e racionalização das contratações públicas. <p>2. Sistema de Registro de Preços (SRP)</p> <ul style="list-style-type: none">• Fundamentos legais e objetivos do SRP;• Formação, gerenciamento e controle das atas de registro de preços;• Adesão a atas de registro de preços: hipóteses de cabimento, limites, responsabilidades e riscos;• Boas práticas e entendimentos dos órgãos de controle. <p>3. Credenciamento</p> <ul style="list-style-type: none">• Conceito e natureza jurídica do credenciamento; <p>O credenciamento como hipótese de contratação direta;</p> <ul style="list-style-type: none">• Requisitos formais, regulamentação e cuidados na sua utilização;• Aplicações práticas do credenciamento no cotidiano da Administração Pública. <p>4. Outros Procedimentos Auxiliares</p> <ul style="list-style-type: none">• Registro cadastral: finalidade e operacionalização;• Pré-qualificação: conceitos, modalidades e aplicabilidade;• Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): características, limites e utilização estratégica. <p>5. Riscos, Regulamentação e Critérios de Utilização</p> <ul style="list-style-type: none">• Necessidade de regulamentação interna dos procedimentos auxiliares;• Principais riscos associados à utilização inadequada desses instrumentos;• Critérios para definição do procedimento mais	MÓDULO	16H	R\$ 42.000,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

	adequado a cada situação concreta. Facilitador: Alessandro Macedo			
6	MÓDULO 06 – CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE: SELEÇÃO, CELEBRAÇÃO, EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS 1. Conceitos e Marco Normativo <ul style="list-style-type: none">• Conceitos e distinções entre convênios, contratos de repasse e termos de fomento;• Fundamentos legais e normativos aplicáveis, com análise da legislação, decretos e portarias vigentes. 2. Planejamento e Celebração dos Instrumentos <ul style="list-style-type: none">• Planejamento das parcerias e instrumentos de transferência voluntária;• Elaboração, apresentação e análise técnica das propostas;• Critérios e procedimentos para seleção de propostas e celebração dos instrumentos. 3. Obrigações e Responsabilidades <ul style="list-style-type: none">• Obrigações e responsabilidades dos participantes envolvidos;• Regras de governança e controles aplicáveis à execução dos instrumentos. 4. Execução Física e Financeira <ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento e controle da execução física e financeira;• Gestão dos recursos e conformidade com o plano de trabalho;• Alterações dos instrumentos: aditivos, prorrogações e ajustes contratuais. 5. Boas Práticas de Gestão <ul style="list-style-type: none">• Boas práticas na gestão de convênios e contratos de repasse;• Integração entre planejamento, execução e controle. 6. Prestação de Contas <ul style="list-style-type: none">• Prazos e procedimentos para prestação de contas;• Documentação exigida e análise dos resultados alcançados;• Procedimentos de devolução de recursos e aplicação de sanções administrativas. 7. Prevenção de Irregularidades e Estudos de Caso <ul style="list-style-type: none">• Irregularidades mais recorrentes e estratégias de prevenção;• Estudos de caso e situações práticas de gestão de convênios e contratos de repasse.	MÓDULO	16H	R\$ 25.000,00
	VALOR TOTAL:	6 MÓDULOS	96H	R\$ 194.000,00

- I. O valor estimado da contratação é de **R\$ 194.000,00 (cento e noventa e quatro mil reais)**, conforme comprovação em anexo.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

- II. Os serviços serão prestados na Sede da Secretaria Municipal de Administração, ou outros locais que se fizerem necessários, visando sempre o interesse da Administração Pública.
- III. O procedimento observado obedece ao disposto no artigo 72, incisos I a VIII, bem como o Decreto Municipal 056/2024.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1. O prazo de vigência do contrato é fixado a partir da data da sua assinatura e terá duração de 12 (doze) meses condicionado a eficácia a sua publicação em Diário Oficial, podendo ocorrer a prorrogação de vigência do contrato, caso cumpra os requisitos do artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS

5.1. A justificativa dos preços segue o disposto no **art. 72, inciso VII, e no art. 23, § 4º, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021**, que determinam que os valores praticados em contratações diretas por inexigibilidade devem ser compatíveis com os preços de mercado, utilizando parâmetros objetivos e critérios idôneos de razoabilidade e proporcionalidade.

5.2. Nos termos do art. 23, caput, o valor previamente estimado da contratação foi considerado compatível com os valores praticados no mercado, levando em conta as peculiaridades do objeto, as demandas administrativas do Município e a complexidade dos serviços a serem prestados.

5.3. **O valor proposto de R\$ 194.000,00 (cento e noventa e quatro mil reais)**, apresentado pela empresa **MULTITREINE TREINAMENTO E CAPACITACAO LTDA**, o valor é decorrente da complexidade dos serviços e expertise da profissional que tem a qualificação necessária para desempenhar tal objeto.

CLAÚSULA SEXTA – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a realização de programa de capacitação e treinamento profissional (In Company), direcionado aos agentes públicos da Prefeitura Municipal de Juazeiro, com foco no aperfeiçoamento das práticas relacionadas às licitações, contratos administrativos e governança das contratações, à luz da Lei nº 14.133/2021.

A execução da solução será estruturada de forma integrada, contemplando as seguintes dimensões:

I – Preparação e Customização do Conteúdo

- Levantamento prévio das informações e necessidades específicas da Administração Municipal;
- Adequação do conteúdo programático à realidade institucional, aos fluxos internos e às rotinas administrativas do Município;
- Planejamento dos módulos e definição do cronograma de execução.

II – Execução do Programa de Capacitação

- Realização de treinamento presencial (in loco), estruturado em módulos, com abordagem teórica e prática;
- Desenvolvimento de atividades aplicadas, estudos de caso e oficinas voltadas à resolução de situações reais enfrentadas pela Administração;
- Capacitação dos agentes públicos para atuação segura, eficiente e alinhada às exigências legais e aos entendimentos dos órgãos de controle.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

III – Consolidação do Conhecimento e Aplicação Prática

- Esclarecimento de dúvidas e orientação técnica durante a execução das atividades;
- Disponibilização de material de apoio e referências atualizadas;
- Emissão de certificados de participação, possibilitando o registro formal da capacitação realizada.

A contratação ora proposta visa fortalecer a capacidade institucional da Administração Municipal, promovendo a padronização de procedimentos, a mitigação de riscos, a melhoria da qualidade do gasto público e o aumento da segurança jurídica, contribuindo para uma atuação administrativa mais eficiente, transparente e alinhada às atribuições finalísticas do Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

Sendo assim, os documentos exigidos serão:

Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente;
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

Qualificação Técnica:

- a) Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, serviços da natureza e vulto similares com o objeto da presente licitação;
Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o art. 64 da Lei 14.133/21;
- b) Documentos de notória especialização;
- c) Justificativa de preço;

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual;

CLÁUSULA NONA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

- c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- d) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- e) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- f) A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pela servidora **Mony Kit da Silva, CPF: 056.816.964-64, Matrícula: 44168**, dessa Administração, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.
- g) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- h) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- i) O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- j) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- k) O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual
- l) O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- m) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- n) A gestora do contrato, será a servidora **Érika Samara Santana Córdoba, CPF: 051.475.135-58, Matrícula: 44813**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:
 - I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
 - II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

- III - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
 - IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
 - V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
 - VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços.
- o) O contratado deverá indicar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste contrato.
 - p) O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- a) não produzir os resultados acordados;
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

- I. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- II. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- III. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- IV. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato poderá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- V. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

- VI. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, quando for o caso.
- VII. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no contrato e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- VIII. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- IX. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo não superior a 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - X. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao CONTRATADO, por escrito, as respectivas correções;
 - XI. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - XII. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
 - XIII. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos ou outro indicado para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
 - XIV. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
 - XV. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- XVI. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- I. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- II. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- III. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- IV. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).
- V. A Administração deverá:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/ contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- VI. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- VI. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- VII. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- VIII. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

- I. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- II. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

Forma de pagamento

- I. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

indicados pelo contratado.

- II. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- III. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- IV. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
- V. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e,
- VI. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.
- VII. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- VIII. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. No que diz respeito a RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR, em atendimento ao que preconiza o artigo 72, VI da Lei 14.133/2021, justifica-se por se tratar de empresa na área do objeto de pretensão contratual, que comprova a notória especialização e que preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária à contratação;

11.2. Conforme o art. 74 § 3º da Lei nº 14.133/21:

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente.

11.3. Sendo assim, a notória especialização é verificada por meio de desempenho anterior, organização, técnica, resultados de serviços anteriores, sendo o trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado a plena satisfação das necessidades do Poder Executivo, consoante identificam os atestados de capacidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

técnica da empresa e notória especialização de seu representante e equipe, anexadas ao procedimento em exame, através da prestação de serviços similares realizados com outros Órgãos, sendo suficientes para atestar a notória especialização. Ainda, trata-se de empresa conceituados no ramo de atuação em virtude das características na forma de atuação em outros entes públicos.

11.4. A seleção do prestador de serviço foi baseada nos requisitos previstos neste contrato, atrelado a justificativa de preço de mercado apresentado pela empresa **MULTITREINE TREINAMENTO E CAPACITACAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **57.258.268/0001-45**, conforme documentos acostados aos autos do processo.

11.5. A empresa/escritório contratada é notória em sua área de especialização, tendo cumprido todos os requisitos de habilitação exigidos, especialmente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

11.6. Desse modo, conforme a juntada de documentos de qualificação, pode-se inferir que o trabalho desta empresa é essencial e reconhecidamente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

CLÁSULA DÉCIMA SEGUNDA - HABILITAÇÃO JURÍDICA, HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

12.1. Habilitação jurídica

12.1.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

12.1.2. Contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

12.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a fazenda nacional, mediante apresentação de certidão de regularidade com os tributários federais e à dívida ativa da união;

12.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.2.3. Declaração de que não emprega menor, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

12.2.4. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa da justiça do trabalho;

12.2.5. Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;

12.2.6. Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;

12.3. Qualificação Técnica

12.3.1. Comprovação de notória especialização técnica para a execução do contrato;

12.3. 2. Será admitida, para fins de comprovação de notória especificação técnica:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

12.3..1. Atestado de Capacidade Técnica emitido por ente público ou por instituição privada, referentes a prestação de serviços similares ao objeto deste CONTRATO;

12.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da empresa ou do profissional responsável técnico pela prestação do serviço;

12.3.3. Certificados de cursos e capacitações realizadas pela contratada ou pelo profissional responsável técnico pela prestação do serviço;

12.3.4. Ou outros documentos que a contratada acha pertinente para a comprovação da sua qualificação técnica;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade: 03.03.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto/Atividade: 2033

Elemento de despesa: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 1500

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar o curso conforme especificado no Termo de Referência e na proposta comercial, garantindo a prestação do serviço com qualidade, pontualidade e em conformidade com as exigências legais e técnicas aplicáveis;
- b) Disponibilizar equipe docente qualificada, com formação e experiência compatíveis com o conteúdo do curso ofertado, conforme anunciado;
- c) Emitir certificado de participação aos inscritos que cumprirem os requisitos mínimos de frequência e aproveitamento estabelecidos;
- d) Cumprir rigorosamente o cronograma, local e carga horária do curso, conforme proposta aceita;
- e) Informar à CONTRATANTE sobre qualquer alteração relevante relacionada à realização do curso, como mudança de local, data ou docente, respeitando o prazo mínimo acordado;
- f) Manter durante a vigência contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;
- g) Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e quaisquer outros decorrentes de sua atividade, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;
- h) Não transferir a terceiros as obrigações assumidas, salvo mediante autorização formal e expressa da CONTRATANTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Proporcionar as condições necessárias para a efetivação da inscrição dos participantes designados no curso contratado;
- b) Cumprir os prazos e condições de pagamento conforme estabelecido no contrato e na proposta da CONTRATADA;
- c) Zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais e pela boa-fé na execução do objeto contratado;
- d) Avaliar a efetividade da capacitação fornecida, com base em relatórios, certificados e participação dos servidores;
- e) Manter arquivada toda a documentação pertinente à contratação, incluindo proposta, termo de referência, certidões da empresa e comprovantes de pagamento;
- f) Notificar a CONTRATADA, por escrito, em caso de descumprimento de qualquer cláusula contratual, concedendo prazo razoável para regularização, quando aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO REAJUSTE

- a) Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- b) Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- c) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- d) No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- e) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- f) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- g) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “f” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b” “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021) 14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

17.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

17.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

17.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

17.14. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Todas as informações, aplicativos e documentos que forem manuseados e utilizados são de propriedade do CONTRATANTE, não podendo ser repassados, copiados, alterados ou absorvidos na relação de bens da CONTRATADA, bem como de seus executores, sem expressa autorização do CONTRATANTE.
- b) Os executores da contratada, que atuarão na prestação dos serviços previstos, receberão acesso privativo e individualizado, não podendo repassá-los a terceiros, sob pena de responder, criminalmente e judicialmente, pelos atos e fatos que venham a ocorrer em decorrência deste ilícito.
- c) Será considerada ilícita a divulgação, o repasse ou utilização indevida de informações, bem como dos documentos e informações utilizados durante a prestação dos serviços.
- d) A CONTRATADA obriga-se a dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.
- e) O banco de dados é de propriedade da contratante, podendo ser solicitado a qualquer momento.
- f) O Município de Juazeiro - Ba reserva-se no direito de impugnar os serviços prestados, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste contrato.
- g) Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei Federal 14.133/2021 e no Decreto Municipal 056/2024.
- h) Fica eleito o foro da Comarca de Juazeiro - BA como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

19.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

19.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada se de interesse da administração até a conclusão do objeto, caso em que deverá administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

19.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS VEDAÇÕES

20.1. É vedado ao contratado:

20.1.1. Caucionar ou utilizar este termo de contrato para qualquer operação financeira;

20.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

21.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na lei nº 14.133, de 2021, decreto municipal nº 056/2024 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na lei nº 8.078, de 1990 – código de defesa do consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA VIGESIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

22.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no portal nacional de contratações públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

23.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e 125 da lei nº 14.133, de 2021.

23.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões.

23.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da lei nº 14.133, de 2021.

23.4. Todas as informações, aplicativos e documentos que forem manuseados e Utilizados são de propriedade do CONTRATANTE, não podendo ser repassados, copiados, alterados ou absorvidos na relação de bens da CONTRATADA, bem como de seus executores, sem expressa autorização do CONTRATANTE.

23.5. Os executores da contratada, que atuarão na prestação dos serviços previstos, receberão acesso privativo e individualizado, não podendo repassá-lo a terceiros, sob pena de responder, criminalmente e judicialmente, pelos atos e fatos que venham a ocorrer em decorrência deste ilícito.

23.6. Será considerada ilícita a divulgação, o repasse ou utilização indevida de informações, bem como dos documentos e informações utilizadas durante a prestação dos serviços.

23.7. A CONTRATADA obriga-se a dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, sobre qualquer à normalidade que verificar na prestação de serviços.

23.8. O banco de dados é de prioridade da contratante, podendo ser solicitado a qualquer momento.

23.9. O Município de Juazeiro- BA, reserva-se no direito de impugnar os serviços prestados, se estes não estiverem de acordo com as especificações contidas neste contrato.

23.10. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na lei Federal 14.133/2021 e no 661/2023.

23.11. Fica eleito o foro da Comarca de Juazeiro-Ba, com o único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO ENQUADRAMENTO LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

- a. O presente termo de contrato tem como base legal a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), especificadamente seu artigo art. 74, inciso III, alínea “f”.
- b. O procedimento observado obedece ao disposto no artigo 72, incisos I a VIII, bem como o Decreto Municipal 056/2024.
- c. Nas palavras do ilustre professor Ronny Charles: *“Quando a lei prevê hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é porque admite que nem sempre a realização do certame levará à melhor forma de contratação pela Administração ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrático previsto pelo estatuto não serve eficaz ao atendimento do interesse público naquela hipótese específica”.*
- d. Nesse mesmo sentido, o nobre doutrinador Adilson Abreu Dallari destaca que: *“Nem sempre, é verdade, a licitação leva uma contratação mais vantajosa. Não pode ocorrer, em virtude da realização do procedimento licitatório, é o sacrifício de outros valores e princípios consagrados pela ordem jurídica, especialmente o princípio da eficiência.”*
- e. No presente caso, a inexigibilidade de licitação torna-se mais viável ao procedimento licitatório, porém deve ser pormenorizada em um procedimento formal, não sendo afastado nenhuma das premissas básicas de um procedimento licitatório, como a busca pelo melhor atendimento à finalidade pública e respeito a princípios basilares como a impessoalidade, moralidade, publicidade dentre outros;
- f. A contratação via inexigibilidade de licitação, em razão da inviabilidade de competição para a contratação de serviço técnico especializado e de natureza predominantemente intelectual de empresa especializada com notória especialização à realização do processo licitatório, além de tornar mais célere e eficiente a contratação, que visa à consecução do interesse público.
- g. Ainda, a modalidade de contratação é definida pela impossibilidade de adoção de critérios objetivos, a serem definidos num processo licitatório, posto que os serviços a serem prestados possuem natureza intelectual, sendo que a contratada possui traços próprios e únicos para a execução desse serviço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O serviço contratado será realizado por execução indireta.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, sendo de inteira responsabilidade da contratada a realização das atividades abaixo relacionadas:

- a) Planejar, organizar e executar o programa de capacitação e treinamento profissional (In Company), conforme escopo definido, contemplando 06 (seis) módulos, cada um com carga horária de 16 (dezesesseis) horas, observando o cronograma aprovado pela Administração;
- b) Disponibilizar instrutores qualificados e devidamente habilitados, com comprovada experiência na área de licitações e contratos administrativos, especialmente na aplicação da Lei nº 14.133/2021;
- c) Elaborar e fornecer material didático atualizado, compatível com o conteúdo programático estabelecido, em formato físico ou digital, conforme definido pela Administração;
- d) Conduzir as atividades com metodologia teórico-prática, incluindo exposições dialogadas, oficinas, estudos de caso e simulações, de modo a possibilitar a aplicação imediata do conhecimento adquirido;
- e) Adequar o conteúdo e a abordagem pedagógica à realidade administrativa da Prefeitura Municipal de Juazeiro, considerando os fluxos, rotinas e peculiaridades do ente contratante;
- f) Realizar as atividades de forma presencial (in loco), em local indicado pela Administração, podendo ocorrer em horários distintos do expediente regular, conforme necessidade do serviço;
- g) Emitir certificados de participação aos servidores que concluírem as atividades, contendo identificação do curso, carga horária, período de realização e identificação dos instrutores;
- h) Prestar apoio técnico durante a execução do treinamento, esclarecendo dúvidas e orientando os participantes quanto à correta aplicação dos conteúdos ministrados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

- i) Cumprir integralmente a legislação aplicável, bem como as orientações e determinações da Administração e da fiscalização do contrato;
- j) Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução do objeto, não havendo vínculo de qualquer natureza entre os profissionais da contratada e a Administração Pública.
- k) Observar que o número máximo de participantes por turma será definido de acordo com a capacidade do espaço físico disponibilizado pela Administração, ficando o fornecimento de material gráfico impresso limitado ao quantitativo máximo de 60 (sessenta) unidades, conforme condições estabelecidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – FORO

26.1 Fica eleito o foro da comarca de Juazeiro-Ba, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste termo de contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da lei nº 14.133/21.

26.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo de contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Juazeiro /BA, 28 de abril de 2026.

DILVANEY ALMEIDA LIMA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATANTE

MULTITREINE TREINAMENTO E CAPACITACAO LTDA
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A249-BAEB-4F4B-D58B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DILVANEY ALMEIDA LIMA (CPF 605.XXX.XXX-00) em 28/04/2026 09:31:57 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/A249-BAEB-4F4B-D58B>